PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91604/2026

CONTRATANTE (UASG) 102115 - FAU

OBJETO
Serviço de Readequação dos espaços externos do Atelier de Escultura e Pesquisa de Forma Caetano Fraccaroli

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 88.505,76

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **01/06/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
09H00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Link: www.pncp.gov.br

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 8
6. DA FASE DE JULGAMENTO 12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO 15
8. DOS RECURSOS 18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 21

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN

Processo SEI nº 154.00005788/2025-71

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio **da FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é prestação de **SERVIÇO DE READEQUAÇÃO DO ESPAÇO EXTERNO DO ATELIER DE ESCULTURA E PESQUISA DE FORMA CAETANO FRACCAROLI** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.6. Será permitida a participação de:

2.6.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.7. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e **2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

2.11. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.12.1** deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Valor unitário** e valor **total** do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior**.**

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R$400,00 (quatrocentos reais).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.21.2.2. empresas brasileiras.

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **7.12.** do edital.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br).

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **7.1.4** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e **3.6** deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis.

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima e conforme estabelecido Instrução Normativa nº 73/2022 c/c o artigo 1º, inciso IV do Decreto Estadual nº 67.608/2023, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

7.4.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.4.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado **pelo e-mail infrafau@usp.br,** de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.12.1.**

7.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.pncp.gov.br **e www.usp.br/licitacoes ou mediante solicitação formal via e-mail: apoiofinanceirofau@usp.br**

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:

9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea "b" – Resolução USP nº 8548/2023.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4**, **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7** e **9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3,** caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: www.pncp.gov.br e apoiofinanceirofau@usp.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.usp.br/licitacoes e www.fau.usp.br**

11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.12.2. ANEXO IA – Projeto Básico

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

11.12.3. ANEXO IB – Planilha Orçamentária

11.12.4. ANEXO IC – Cronograma Físico-Financeiro

11.12.5. ANEXO II – Proposta Comercial

11.12.6. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

11.12.7. ANEXO IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

11.12.8. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação

São Paulo, na data da assinatura eletrônica

João Sette Whitaker Ferreira

Diretor de Ensino FAUUSP

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design

Processo SEI nº 154.00005788/2025-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **Serviço de Readequação do Espaço Externo do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**Serviço de Readequação do Espaço Externo do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli (*conforme Anexo IA – Memorial Descritivo*)**	**1627**	**Serviço**	**1**	**R$ 88.505,76**	**R$ 88.505,76**

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **180 dias** contados da **data de assinatura do contrato,** na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das - regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total, conforme as regras estabelecidas no contrato (Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026**,** conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000072/2026
II. Data de publicação no PNCP: 30/06/2025.
III. Id do item no PCA: 196/2025
IV. Classe/Grupo: 545
V. Identificador da Futura Contratação: 102115-19/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Quanto ao critério de sustentabilidade socioambiental, é fundamental que as contratações de obras públicas considerem aspectos relacionados à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento social e à promoção da sustentabilidade. A adoção desses critérios contribui para a construção de um futuro mais sustentável e consciente, além de trazer benefícios para a sociedade como um todo

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

4.1.2. Gestão de Resíduos: É essencial adotar medidas para a correta gestão de resíduos gerados durante a execução da obra. Isso inclui a segregação, coleta seletiva, destinação adequada de possíveis práticas e reciclagem, seguindo as diretrizes do Programa USP-Recicla da USP – Universidade de São Paulo e orientações da FISCALIZAÇÃO. A preocupação com a minimização dos resíduos e o descarte responsável contribui para a preservação do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **Conforme ANEXO IA – Memorial Descritivo**.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Conforme cronograma físico-financeiro anexo ao Termo de Referência

5.1.4. Etapa: **Conforme ANEXO IC - Cronograma Físico-Financeiro**

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Rua Professor Almeida Prado, 1560, Cidade Universitária – São Paulo**

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **de segunda-feira a sexta-feira de 07:00 às 19:00 e em período integral nos fins de semana e feriados.**

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas do Memorial Descritivo em anexo

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1 **Conforme ANEXO IA – Memorial Descritivo**

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características definidas no **ANEXO IA – Memorial Descritivo**

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7 O prazo de garantia contratual dos serviços será de **5 (cinco**) **anos** contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O **CONTRATADO** deverá manter seu preposto, permanentemente, no local da execução do objeto durante todo o período dos serviços.

6.8. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre se levando em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. **Conforme Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IC).**

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **03 (três) dias úteis**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

7.16. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR. nº 8249/2023.

7.18.1. São condições para a liberação do pagamento:

a) O recebimento definitivo do objeto.
b) A entrega da documentação fiscal completa.
c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.

7.19. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.19.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.19.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.

7.20. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.21. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.22. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.23. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão**,** sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO.**

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada **por preço global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU**) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.18. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.19. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).

8.22.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Qualificação Técnica

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.24. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.25. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional **Conselho Regional de Engenharia a Agronomia (CREA) /Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)**, em plena validade.

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. **Comprovar a execução de serviços de piso em uma área de, no mínimo, 40 m² e serviço de pintura em uma área de, no mínimo, 130 m². Ou prestação de serviços similares que envolvam adequação, readequação ou construção de espaços externos (praças, pátios, jardins ou similares), que contemplem, no mínimo, 130 m² de intervenção em área externa.**

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de documento(s) que demonstre(m) dispor a licitante de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica de execução de obra(s) de características e complexidade semelhantes às do objeto da licitação, certificado pela entidade profissional competente, para fins de contratação, nos termos d art. 67, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) demonstrar capacitação técnico-profissional para:

8.27.1.1. **Arquiteto ou Engenheiro Civil com atestado de capacidade técnico-profissional de execução de obras civis novas ou de reformas em edificações.**

8.27.2. A comprovação do vínculo profissional poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou ainda, no caso de profissional autônomo, mediante contrato particular entre a licitante e o profissional, pelo qual este se obrigue a realizar os serviços correspondentes e a funcionar como responsável técnico caso a licitante se sagre vencedora do certame.

8.28. Relação indicando a qualificação dos membros da equipe técnica que realizará os trabalhos, conforme artigo 67, III, da Lei nº 14.133, de 2021, e declaração formal da sua disponibilidade incluindo no mínimo: 8.28.1. Arquiteto ou Engenheiro Civil com emissão de responsabilidade técnica junto ao conselho da categoria

Outras comprovações

8.29. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.30.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

8.30.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.30.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.30.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.31. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.31.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.31.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 88.505,76 (oitenta e oito mil, quinhentos e cinco reais e setenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 desse Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 102115 - FAU

II. Fonte de Recursos: 1 - Tesouro

III. Programa de Trabalho: 12-122-4807-6351

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

IV. Elemento de Despesa: 339039

Anexos: Anexo IA – Memorial Descritivo

Anexo IB – Planilha Orçamentária

Anexo IC – Cronograma Físico-Financeiro

São Paulo, na data da assinatura eletrônica

_____

Guilherme Petronilho de Souza
Pregoeiro

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 92 deste documento.

ANEXO IA - MEMORIAL DESCRITIVO

**Obra: Readequação dos espaços externos
do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.**

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de
São Paulo
Fevereiro, 2025.**

Rua do Lago, 876 Butantã 05508.080 São Paulo SP Brasil
www.fau.usp.br

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: Readequação dos espaços externos do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Local: Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli.

Endereço: Rua Professor Almeida Prado, 1560 – São Paulo - SP Área**:** 687

m²

1. OBJETIVOS

Readequação dos acessos e instalações externas do Atelier Fraccaroli com vistas ao uso dos espaços exteriores em atividades didáticas.

2. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.1. RETIRADAS E DEMOLIÇÕES

2.1.1. Instalação de tapume em chapa compensada resinada de 6 mm com portão de pedestre de 1,15m de largura;

2.1.2. Demolição de capa asfáltica indicada em planta de demolição;

2.1.3. Retirada de alambrado e portão de acesso;

2.1.4. Retirada de guias de concreto (corpos de prova) indicadas em planta de demolição;

2.1.5. Relocação de pedras esculpidas atualmente locadas no jardim frontal para o jardim mineral;

2.1.6. Corte (in loco) e recolocação de chapas de aço patinável existentes, conforme planta de demolição;

2.1.7. Apiloamento de terreno para instalação de cisterna sobreposta;

2.1.8. Retirada de entulho e depósito em locais próprios licenciados pelos órgãos Estaduais e Municipais.

2.2. GRADIL E PORTÕES

2.2.1. Instalação de tela galvanizada para alambrado;

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

2.2.2. Instalação de portão para veículos em ferro perfilado com duas folhas de 1,40m de largura por 2,20m de altura, cada;

2.2.3. Instalação de portão para pedestres em ferro perfilado com folha única de 1,30m de largura por 2,20m de altura.

2.3. CISTERNA

2.3.1. Estrutura em anel pré-moldado em concreto armado para reservatório de água (diâmetro 2,00m), conforme planta de pisos e elementos construídos;

2.3.2. Fundo e tampo em lajes de concreto armado (d=2,20m e=8cm), a serem consolidados e impermeabilizados in loco;

2.3.3. Revestimento externo em alvenaria de tijolos maciços (“tijolo de galinheiro”), conforme planta de pisos e elementos construídos;

2.3.4. Sistema de recalque com conjunto motor-bomba submerso 1/2HP;

2.3.5. Tampão metálico para inspeção.

2.4. PISOS

2.4.1. Assentamento de blocos vazados de concreto (concregrama);

2.4.2. Pavimentação em solocimento para calçada acessível, conforme planta de pisos e elementos construídos;

2.4.3. Espalhamento de pedriscos e seixos na porção posterior do terreno, indicada na planta de pisos e elementos construídos.

2.5. MOBILIÁRIO EXTERNO

2.5.1. Execução in loco de dois bancos em concreto armado com assento em ripado de madeira, conforme planta de pisos e elementos construídos e detalhe anexo;

2.5.2. Aplicação de verniz à base de poliuretano tipo “marítimo” no ripado dos bancos, conforme planilha orçamentária.

2.6. PINTURA MUROS

2.6.1. Reboco com massa corrida e aplicação de TINTA ACRÍLICA na cor concreto.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 59 deste documento.

2.7. MANEJO ARBÓREO

2.7.1. Supressão arbórea, incluindo corte, recorte e remoção, de três exemplares de leucena (*Leucaena leucocephala*), conforme planta de manejo arbóreo;

2.7.2. Plantio compensatório de quatro exemplares de Cambuci (*Campomanesia phaea*) DAP 3cm, conforme planta de plantio.

2.8. PREPARAÇÃO DO SOLO PARA PLANTIO POR SEMEADURA

2.8.1. Revolvimento do solo existente;

2.8.2. Espalhamento de terra vegetal marrom acrescida de adubo vegetal;

2.8.3. Espalhamento de areia lavada e calcário dolomítico, conforme planta de plantio.

2.9. PLANTIO DE HERBÁCEAS E FORRAÇÕES

2.9.1. Grama-esmeralda (*Zoysia japonica*) em placas;

2.9.2. Separação das sementes de espécies herbáceas indicadas;

2.9.3. Espalhamento das sementes (semeadura direta) sobre o solo preparado, conforme planta de plantio.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. RETIRADAS E DEMOLIÇÕES

3.1.1. O canteiro de obras será delimitado no alinhamento da calçada por tapume em chapa compensada resinada de 6 mm com portão de pedestre de 1,15m de largura;

3.1.2. O piso asfáltico existente para acesso de veículos será demolido. O entulho gerado deve ser retirado e depositado em locais próprios licenciados pelos órgãos Estaduais e Municipais;

3.1.3. O alambrado frontal será retirado, com vistas à substituição da tela galvanizada;

3.1.4. O portão existente será retirado com vistas à instalação de portões para veículos e pedestres, respectivamente, conforme planta de pisos e elementos construídos;

3.1.5. As guias de concreto (corpos de prova) que delimitam os canteiros existentes serão retiradas – conforme planta de demolição – e reposicionadas sobre terreno apiloado – conforme planta de pisos e elementos construídos e detalhes construtivos;

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

3.1.6. As chapas de aço patinável existentes sobre o terreno (planta de situação) serão recortadas in loco e reposicionadas conforme planta de pisos e elementos construídos e detalhes construtivos;

3.2. GRADIL E PORTÕES

3.2.1. O alambrado existente será substituído por tela galvanizada para alambrado, preservando-se a posição e as dimensões atuais;

3.2.2. O portão existente será substituído por dois portões, sendo:

3.2.2.1. Portão para veículos em ferro perfilado com duas folhas de 1,40m de largura por 2,20 de altura, cada;

3.2.2.2. Portão para pedestres em ferro perfilado com folha única de 1,30 de largura por 2,20 de altura.

3.3. CISTERNA

3.3.1. O reservatório sobreposto para armazenamento de águas pluviais será executado em estrutura pré-moldada de concreto armado na porção posterior do terreno, em locação indicada na planta de pisos e elementos construídos. A estrutura do reservatório será constituída pelos seguintes elementos, a serem consolidados e impermeabilizados in loco:

3.3.1.1. Laje em concreto armado (d=2,20m e=8cm) impermeabilizada, diretamente apoiada sobre o terreno apiloado;

3.3.1.2. Anel pré-moldado em concreto armado para reservatório de água (diâmetro 2,00m);

3.3.1.3. Laje em concreto armado (d=2,00m e=8cm) impermeabilizada, consolidada sobre o anel lateral;

3.3.1.4. Tampão metálico com dobradiça para inspeção e manutenção periódica;

3.3.1.5. Revestimento do tampo e da parede externa em alvenaria de tijolos maciços (“tijolo de galinheiro”).

3.3.2. A cisterna será conectada a caixa de passagem existente junto às calhas da cobertura;

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

3.3.3. A cisterna contará com sistema elétrico de recalque, conjunto motor-bomba submerso 1/2HP;

3.3.4. O sistema de recalque será conectado a torneira para jardim, a ser instalada sobre a laje de vedação superior, sem impedir a abertura do tampão de inspeção.

3.4. PISOS

3.4.1. Assentamento de blocos vazados de concreto (tipo “concregrama”) no acesso de veículos. Os blocos vazados serão de procedência conhecida e idônea, homogêneos e uniformes quanto à textura e cor, isentos de defeitos de moldagem, como fendas, ondulações e cavidades;

3.4.2. Pavimentação em solocimento para calçada acessível, conforme planta de pisos e elementos construídos. O solocimento será preparado in loco, utilizando parte do volume de terra retirado para execução da cisterna enterrrada. Deve-se agregar duas partes de terra para uma parte de argamassa de cimento, cal e areia, no traço volumétrico 1:3:10. A calçada em solocimento será delimitada lateralmente por guias leves de concreto, conforme planta de pisos e elementos construídos;

3.4.3. Espalhamento de pedriscos e seixos na porção posterior do terreno, indicada na planta de pisos e elementos construídos. A quantidade de material indicada prevê camada mínima de 3cm de espessura de pedriscos e de 5cm de seixos.

3.5. MOBILIÁRIO EXTERNO

3.5.1. Serão instalados dois bancos de concreto armado moldado in loco com assento em ripado de madeira tratado com verniz tipo “marítimo”, conforme planta de pisos e elementos construídos e detalhe anexo. Os bancos serão consolidados a sapatas apoiadas em terreno apiloado. O madeiramento padrão peroba ou similar deve receber tratamento impermeabilizante.

3.6. MANEJO ARBÓREO

3.6.1. Supressão arbórea, incluindo corte, recorte e remoção, de quatro exemplares de leucena (*Leucaena leucocephala*), conforme planta de manejo arbóreo. O corte será realizado mediante vistoria e autorização pela Prefeitura do Campus USP da Capital (PUSP-C).

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

3.6.2. Plantio compensatório de quatro exemplares de Cambuci (*Campomanesia phaea*) DAP 3cm, conforme planta de plantio. O plantio das mudas arbóreas respeitará os seguintes os procedimentos:

3.6.2.1. Deverão ser abertas covas de 1,00 x 1,00 x 1,00m. O solo removido das covas deverá ser reaproveitado na preparação do solo para plantio por semeadura, descrita a seguir;

3.6.2.2. Incorporar ao solo 500g/cova de calcáreo dolomítico, deixando reagir por 15 dias, no mínimo, antes de iniciar a adubação;

3.6.2.3. Adicionar 300l/cova de composto orgânico curtido e peneirado.

3.6.2.4. Durante o plantio, observar que o colo do vegetal fique no nível da superfície do terreno.

3.6.2.5. Depois da colocação da muda no centro da cova, completar o vão formado com a mistura de terra vegetal e adubo especificada a seguir, compactando ao redor do torrão da planta, para evitar tombamento.

3.6.2.6. Logo após o plantio, fazer uma irrigação.

3.6.2.7. "Coroar" as mudas das árvores plantadas.

3.6.2.8. Todas as mudas de árvores deverão ser amparadas por meio de tutores, que serão colocados desde o fundo da cova, com cuidado para não perfurar o torrão ou injuriar as raízes.

3.6.2.9. Os tutores deverão ser padronizados, de madeira (pinho ou eucalipto) tratada com carbolinium, dimensões: 2,50 x 0,04 x 0,04m, ou bambu nas dimensões equivalentes.

3.6.2.10. Deverão ser presos ao fuste por meio de corda de sisal, ráfia ou fita plástica, formando "8".

3.7. PREPARAÇÃO DO SOLO PARA PLANTIO POR SEMEADURA

3.7.1. Revolvimento do solo existente: escarificar todo o terreno, numa profundidade de 15cm, regularizando-o.

3.7.2. Espalhamento de terra vegetal marrom por todo o terreno, na espessura de 5cm acrescida de adubo vegetal. Adicionar à mistura o solo retirado das covas (3.6.2.1);

3.7.3. Espalhamento de areia lavada e calcário dolomítico, conforme planta de plantio.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

3.8. PLANTIO DE HERBÁCEAS E FORRAÇÕES

3.8.1. Plantio de Grama-esmeralda (*Zoysia japonica*) em placas para acesso de veículos sobre blocos vazados (concregrama);

3.8.2. Separação das sementes de espécies herbáceas indicadas conforme os seguintes procedimentos:

3.8.2.1. Misturar as sementes de mucuna (*Canavalia ensiformis*) e de crotalária (*Crotalaria juncea*) em recipiente seco e limpo;

3.8.2.2. Misturar as sementes de guandu (*Cajanus cajan*) e de tremoço-branco (*Lupinus albus*) em recipiente seco e limpo;

3.8.2.3. Inocular as sementes adicionando 50g de inoculante para 2kg de sementes. A inoculação deve ser feita em local fresco, à sombra e no mesmo dia do plantio. Preparar uma solução açucarada a 10% – aproximadamente 1 colher (sopa) de açúcar em 100 ml de água potável.

3.8.3. Espalhamento das sementes (semeadura direta) sobre o solo preparado, conforme planta de plantio. O plantio deve ser realizado preferencialmente entre os meses de dezembro e março. O terreno deve ser irrigado a cada dois dias durante o primeiro mês subsequente ao plantio.

4. RETIRADA DE ENTULHO

4.1. A obra deverá ser entregue limpa e desimpedida de entulhos e outros materiais inservíveis, ficando a cargo da firma executora o bota-fora dos mesmos.

4.2. Todo material proveniente de demolições e das desagregações decorrentes das demolições, deverá ser imediatamente removido e transportado para local externo à obra, a cargo da empresa contratada.

4.3. O material coletado deverá ser depositado em locais próprios licenciados pelos órgãos Estaduais e Municipais. É proibido o depósito em lixões clandestinos.

4.4. O descarte de entulho deve ser feito de acordo com a classificação de seus componentes, garantindo assim a destinação correta aos Resíduos de Construção Civil (RCC). Será exigida pela fiscalização uma via do registro do Controle de Transporte de Resíduo (CTR), documento comprobatório de que o entulho foi entregue em área licenciada para a destinação adequada dos resíduos da construção.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

5. GARANTIA

5.1. A empresa contratada deverá garantir o bom desempenho dos materiais aplicados, na forma do que dispõe o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

5.2. Caso sejam constatados defeitos comprovadamente oriundos de materiais de baixa qualidade ou falhas de execução caberá à contratada efetuar as correções necessárias, assumindo todas as despesas decorrentes.

5.3. A empresa vencedora deverá garantir o serviço por um prazo de **5 (cinco) anos** na data do recebimento definitivo.

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

6.1. A empresa contratada deverá possuir registro, em plena validade, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), assim como o profissional técnico que será o responsável pelo andamento da obra.

6.2. A empresa contratada é obrigada a manter na obra, permanentemente, um responsável técnico com registro, em plena validade, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

7. PRAZOS

7.1. O prazo de entrega do serviço completo será de 90 (noventa) dias corridos após o início da obra e o prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O serviço pode ser recebido se atendidas as condições de projeto, fornecimento dos materiais e execução.

8.2. Os materiais empregados na obra deverão seguir as especificações deste memorial. Para quaisquer alterações do projeto, a fiscalização deverá ser consultada previamente.

8.3. As quantificações de materiais e insumos a serem empregados aqui descritas são estimativas, podendo sofrer pequenas alterações em decorrência do desenvolvimento da obra.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.4. Os materiais miúdos não especificados deverão ser considerados inclusos, pela contratada.

8.5. Somente poderão ser empregados na obra materiais novos de primeira qualidade, de fabricante e marca reputada. Para tanto, a fiscalização poderá exigir da contratada a comprovação da origem e marca dos materiais a serem empregados nas instalações, podendo ser rejeitados, caso não atendam às especificações ou normas da ABNT.

8.6. A execução dos serviços obedecerá às normas da ABNT, aplicáveis a cada caso.

8.7. Para executar os serviços deverá ser obedecida rigorosa observância às especificações do presente memorial.

8.8. As ferramentas e equipamentos a serem utilizados deverão ser apropriados para os serviços. Caso não sejam, serão rejeitadas pelo arquiteto responsável.

8.9. A FAU não fornecerá qualquer tipo de ferramenta, material e equipamento ou recurso humano à Empresa Contratada.

8.10. Se a contratada deixar de atender imediatamente às instruções para corrigir qualquer serviço considerado insatisfatório, a FAU reserva-se o direito de fazer as correções diretamente ou por contrato com terceiros, cobrando as despesas da contratada.

8.11. Quando da realização de serviços que causem transtornos a usuários, a empresa contratada deverá encaminhar, oficialmente, um pedido, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ao arquiteto responsável da FAU.

8.12. A fiscalização dos serviços pelo arquiteto responsável, em nada eximirá a contratada das responsabilidades assumidas.

8.13. A contratada deverá fornecer toda mão-de-obra qualificada necessária, mantendo na obra uma equipe homogênea.

8.14. Todos os funcionários da empresa contratada deverão estar identificados e deverão usar os equipamentos de segurança individual e coletiva, de acordo com as necessidades de cada serviço, obedecendo assim rigorosamente às normas regulamentadoras pertinentes.

8.15. Para tanto será exigido, por ocasião da assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho, que a empresa declare, por escrito, em papel timbrado, assinado, carimbado com a identificação do responsável, que a empresa tem o conhecimento e a obediência da NR 18.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.16. A empresa contratada deverá enviar, antes do início da obra, a relação dos funcionários que irão compor a equipe, cuja documentação trabalhista e previdenciária poderá ser solicitada pelo fiscal da contratada. Caso haja troca de funcionário, deverá ser comunicada por escrito pela contratada com todas as documentações exigidas acima.

8.17. A empresa contratada deverá treinar, distribuir e fiscalizar o correto uso de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, adequados a cada tipo de serviço.

8.18. Os veículos a serem empregados na prestação dos serviços deverão estar rigorosamente em condições de segurança e conservação, inclusive os relativos à emissão de poluentes, obedecendo ao que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro.

8.19. Os serviços devem ser executados visando à mínima interferência na utilização normal do edifício, pois ele continuará em uso durante toda a obra. Desta forma o horário permitido para todas as obras será das 7h00 às 19h00 durante a semana, e em período integral nos feriados e finais de semana.

8.20. Eventualmente a Fiscalização poderá autorizar o trabalho em horários não estipulados acima, contanto que estes não prejudiquem as atividades do edifício.

8.21. A FAU não fornecerá locais (abrigos) para guarda de ferramentas, veículos ou quaisquer objetos de propriedade da Empresa Contratada.

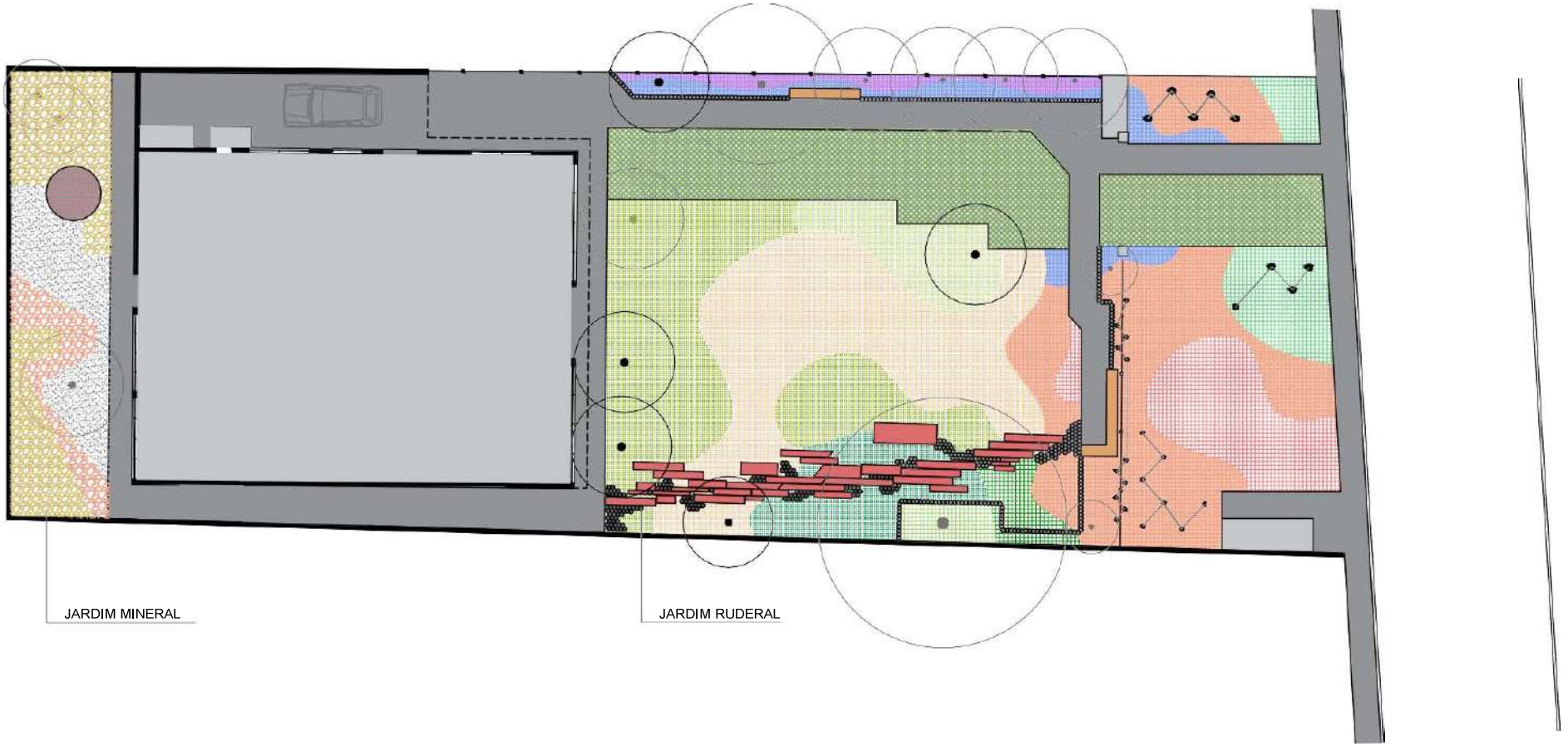
8.22. A Empresa Contratada será responsável por qualquer dano que venha a causar ao patrimônio da Universidade de São Paulo e a terceiros, na forma da lei.

ANEXOS:

1) Plantas da área objeto dos serviços.
2) Fotos dos ambientes.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

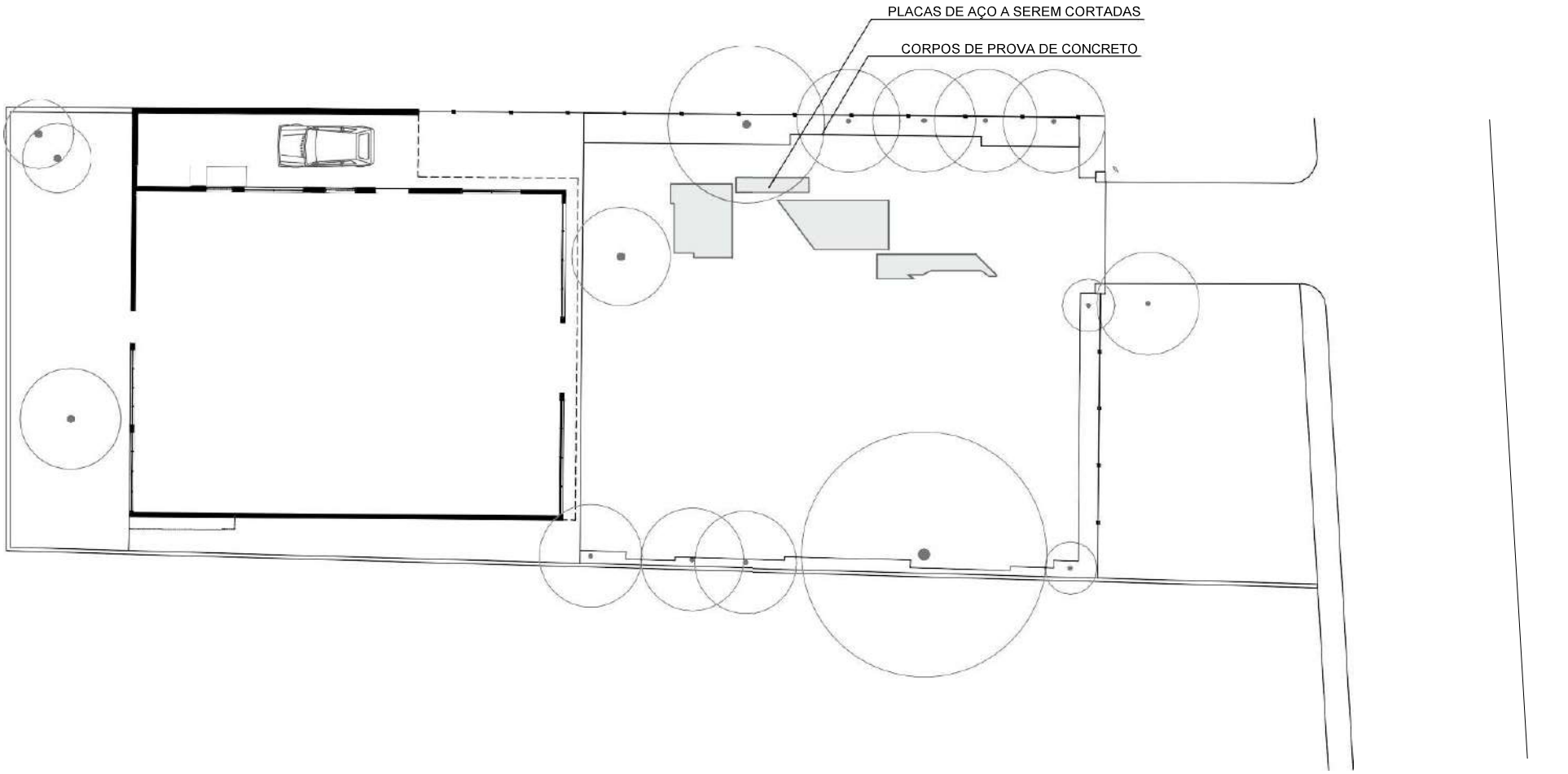
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 01/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: IMPLANTAÇÃO GERAL
Desenho: Arthur Cabral
Escala: 1:250
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

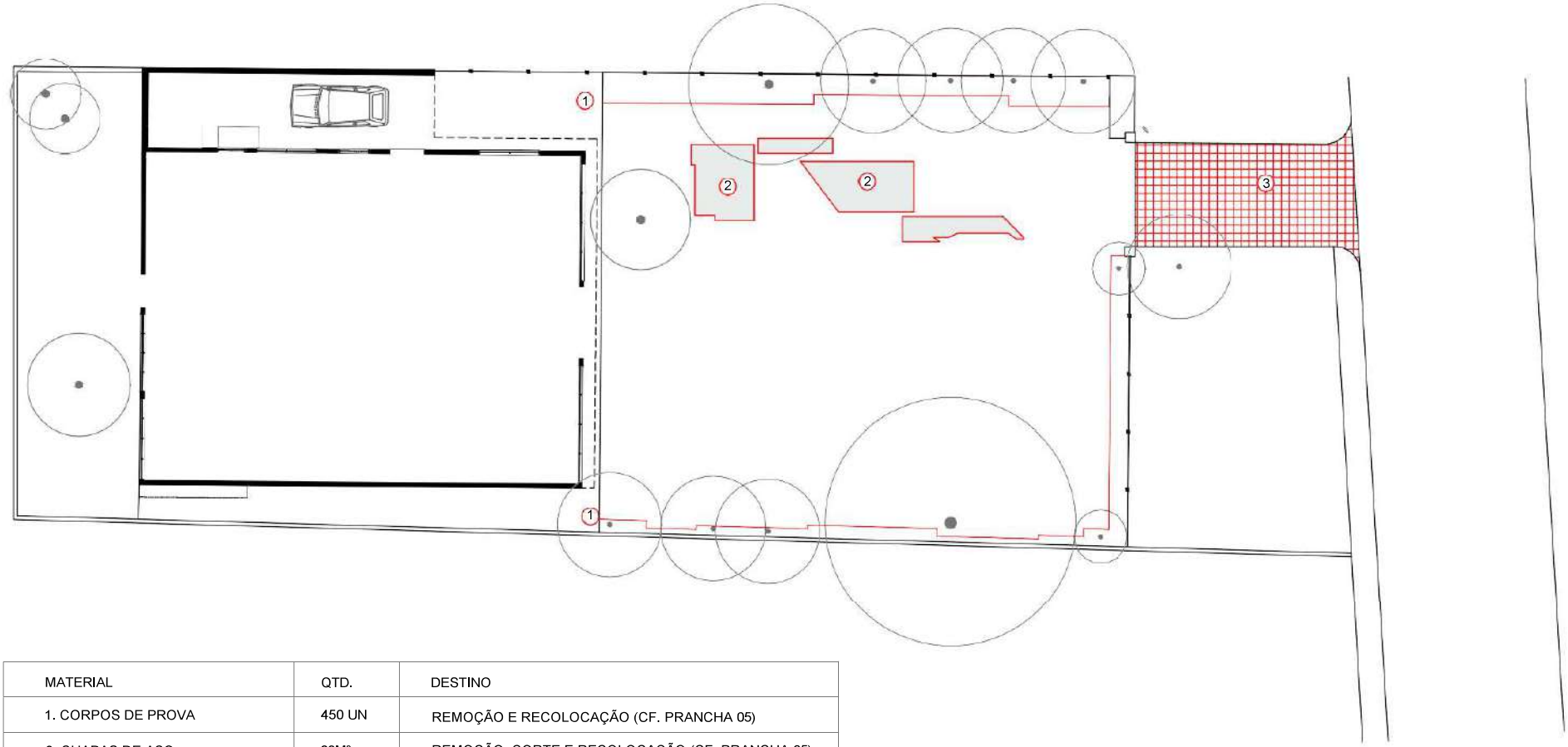
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 02/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: SITUAÇÃO ATUAL
Desenho: Arthur Cabral
Escala: 1:250
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



MATERIAL	QTD.	DESTINO
1. CORPOS DE PROVA	450 UN	REMOÇÃO E RECOLOCAÇÃO (CF. PRANCHA 05)
2. CHAPAS DE AÇO	20M²	REMOÇÃO, CORTE E RECOLOCAÇÃO (CF. PRANCHA 05)
3. PISO ASFÁLTICO	37M²	DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DO ENTULHO

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

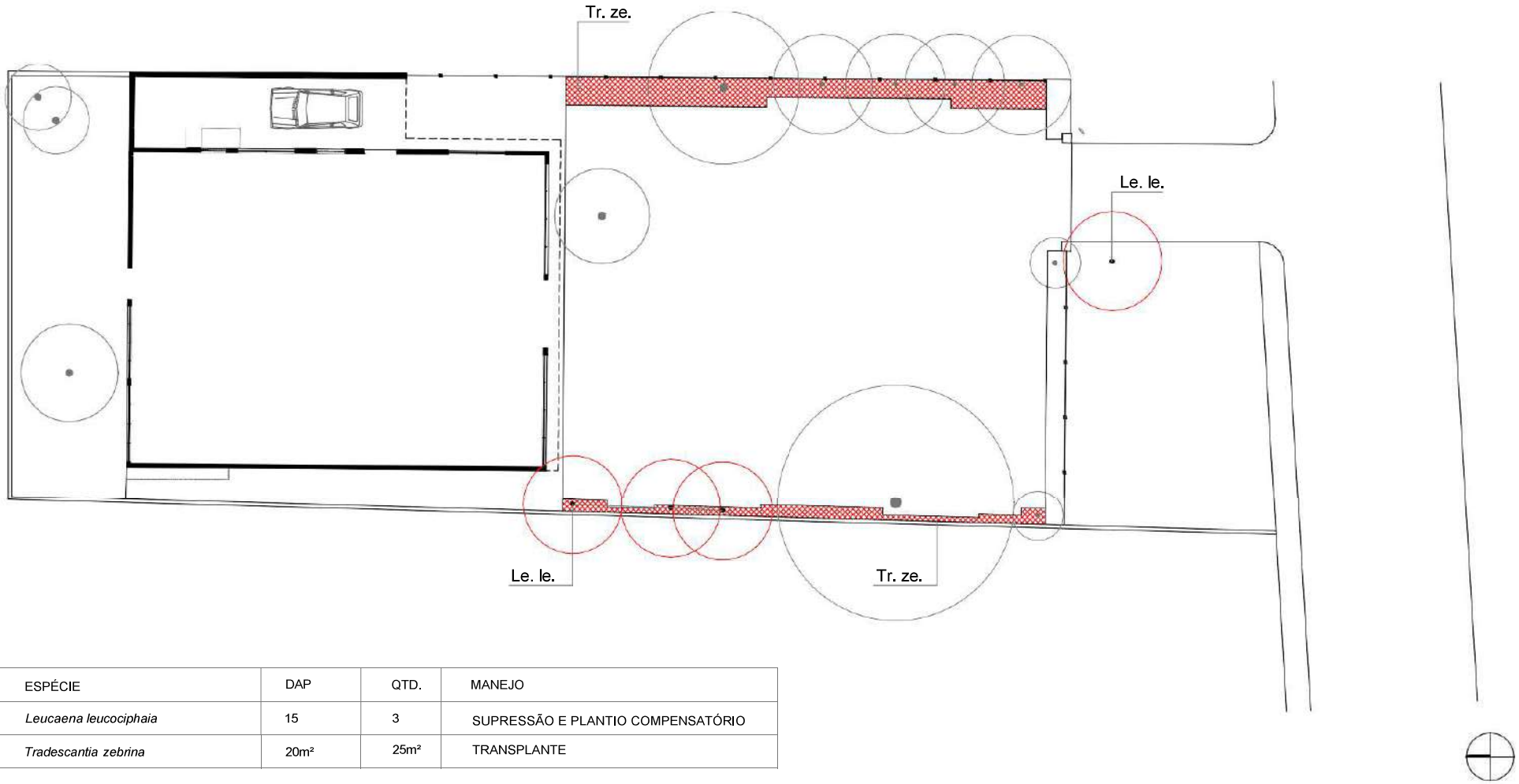
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 03/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: DEMOLIÇÃO
Desenho: Arthur Cabral
Escala: 1:250
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



ESPÉCIE	DAP	QTD.	MANEJO
Leucaena leucociphaia	15	3	SUPRESSÃO E PLANTIO COMPENSATÓRIO
Tradescantia zebrina	20m²	25m²	TRANSPLANTE

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

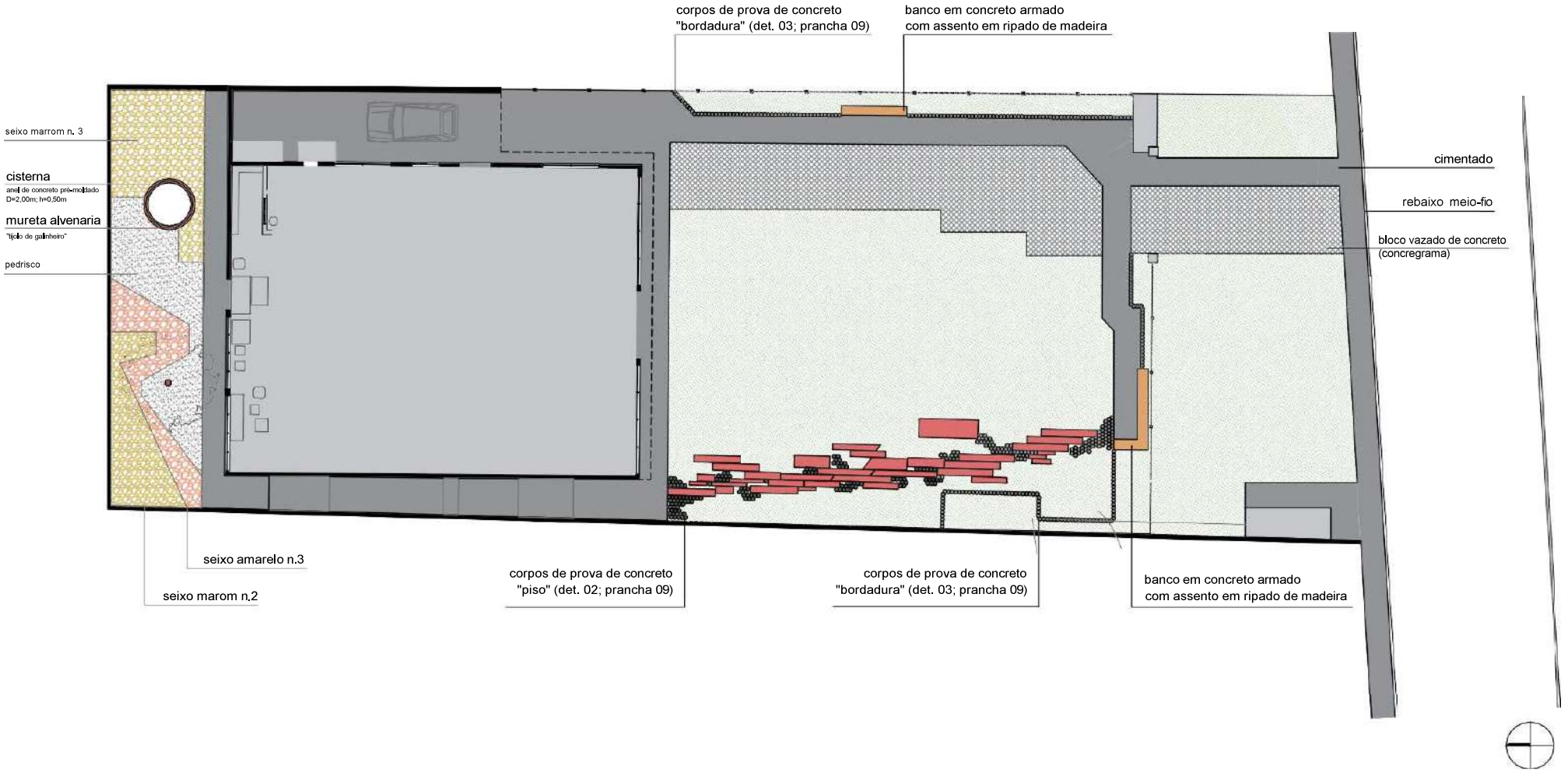
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 04/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: MANEJO ARBÓREO
Desenho: Arthur Cabral
Escala: 1:250
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

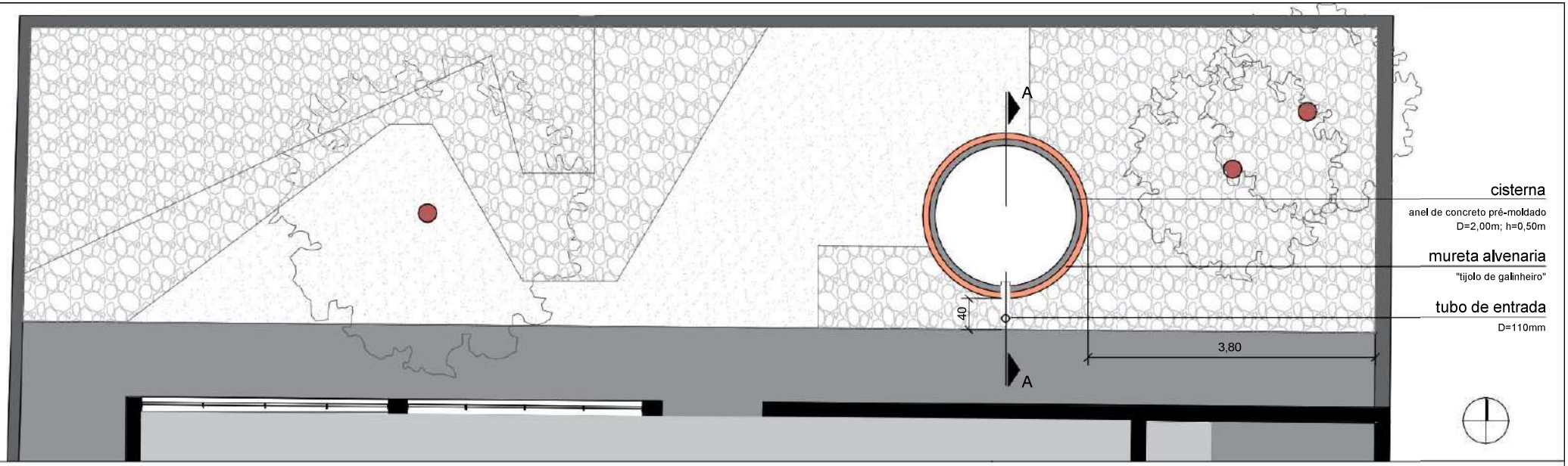
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

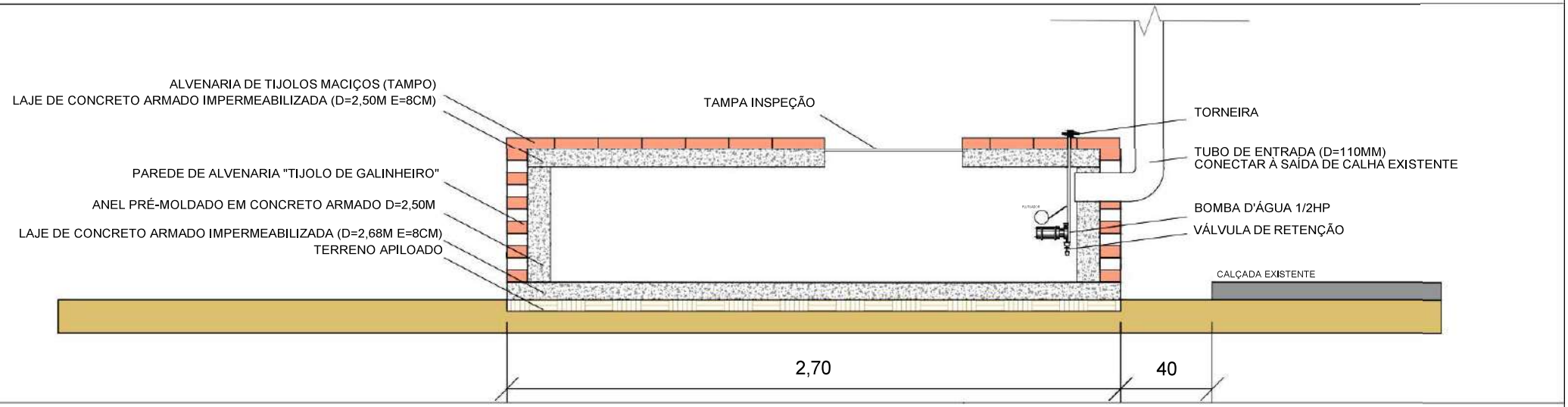
Unidade: ATELIER FRACCAROLI	Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS	Folha: 05/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO		Revisão: 02
Nome da Prancha: PISOS E ELEMENTOS CONSTRUÍDOS	Desenho: Arthur Cabral	Escala: 1:250
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO		Data: 19/02/2025

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:75



CORTE A-A
ESCALA 1:75

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

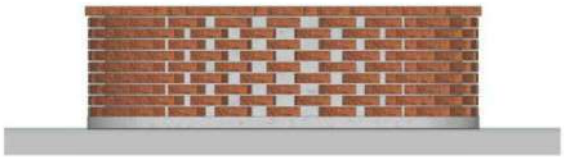
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 06/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: PISOS E ELEMENTOS CONSTRUÍDOS - CISTERNA
Desenho: Arthur Cabral
Escala: indicada
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

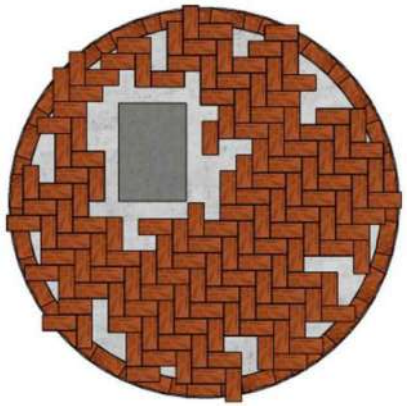
Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



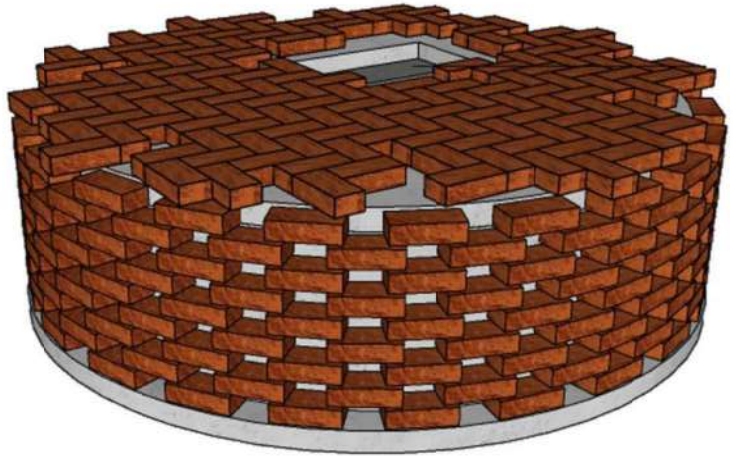
VISTA FRONTAL

0 20 50 100



VISTA SUPERIOR

0 20 50 100



PERSPECTIVA

SEM ESCALA

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 07/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: JARDIM MINERAL - CISTERNA
Desenho: Arthur Cabral
Escala: indicada
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

JARDIM RUDERAL

JARDIM RUPESTRE

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

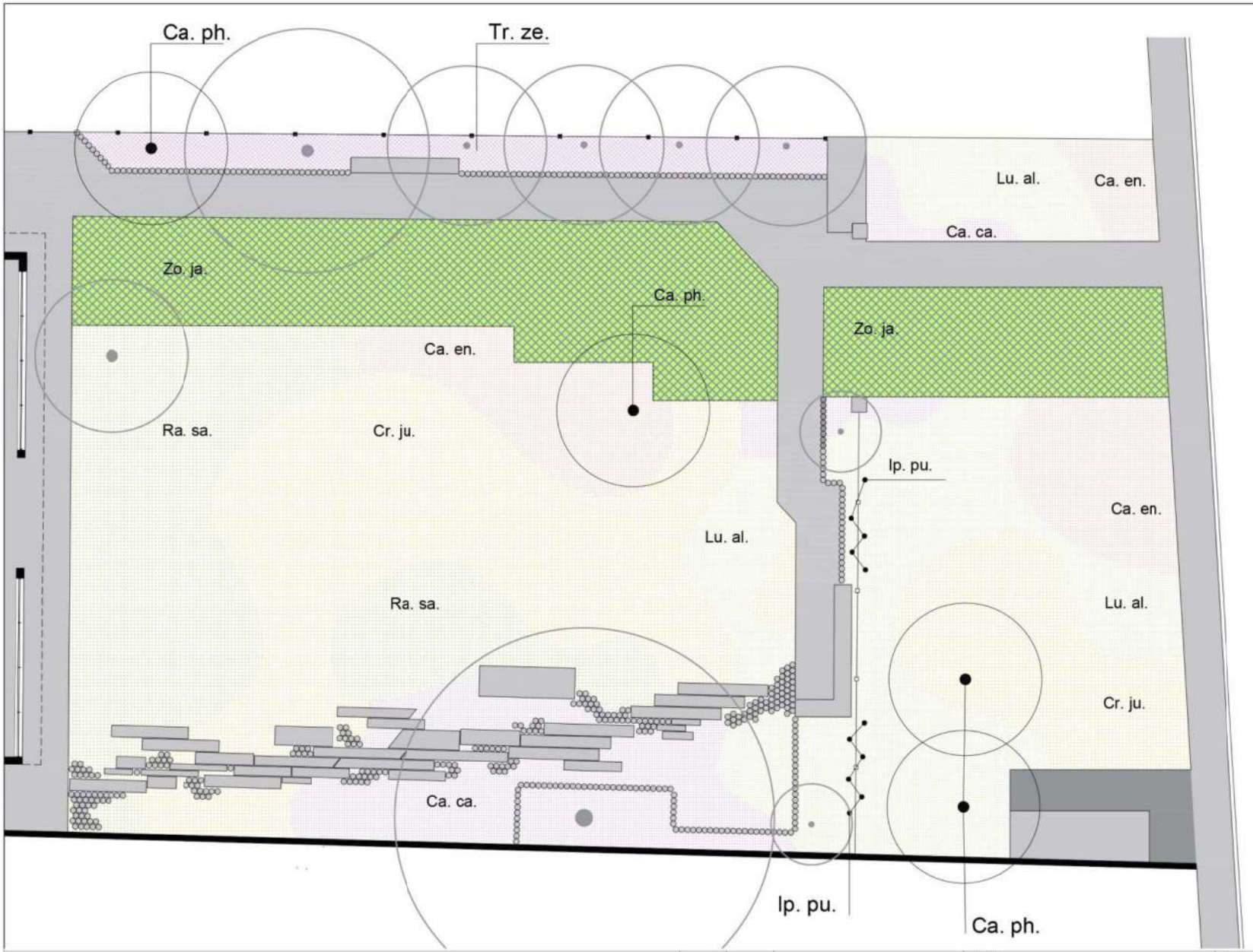
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 08/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: PERSPECTIVAS
Desenho: Arthur Cabral
Escala: indicada
Data: 19/02/2025

FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.



HERBÁCEAS

Espécie		Distância de plantio (cm)	Qtd.
Ca. en.	*Canavalia ensiformis* Mucuna	semeadura direta	200
Ca. ca.	*Cajanus cajan* Guandu	semeadura direta	200
Cr. ju.	*Crotalaria juncea* Crotalária	semeadura direta	1kg
Ip. pu.	*Ipomoea purpurea* Corda-de-viola	80	11
Lu. al.	*Lupinus albus* Tremoço-branco	semeadura direta	1kg
Ra. sa.	*Raphanus sativus* Nabo-forrageiro	semeadura direta	1kg
Tr. ze.	*Tradescantia zebrina* Zebrina	10	484
Zo. ja.	*Zoysia japonica* Grama-esmeralda	em placas	85 m²

ÁRVORES

Espécie		Altura (m)	Qtd.
Ca. ph.	*Campomanesia phaea* Cambuci	2,00	4

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

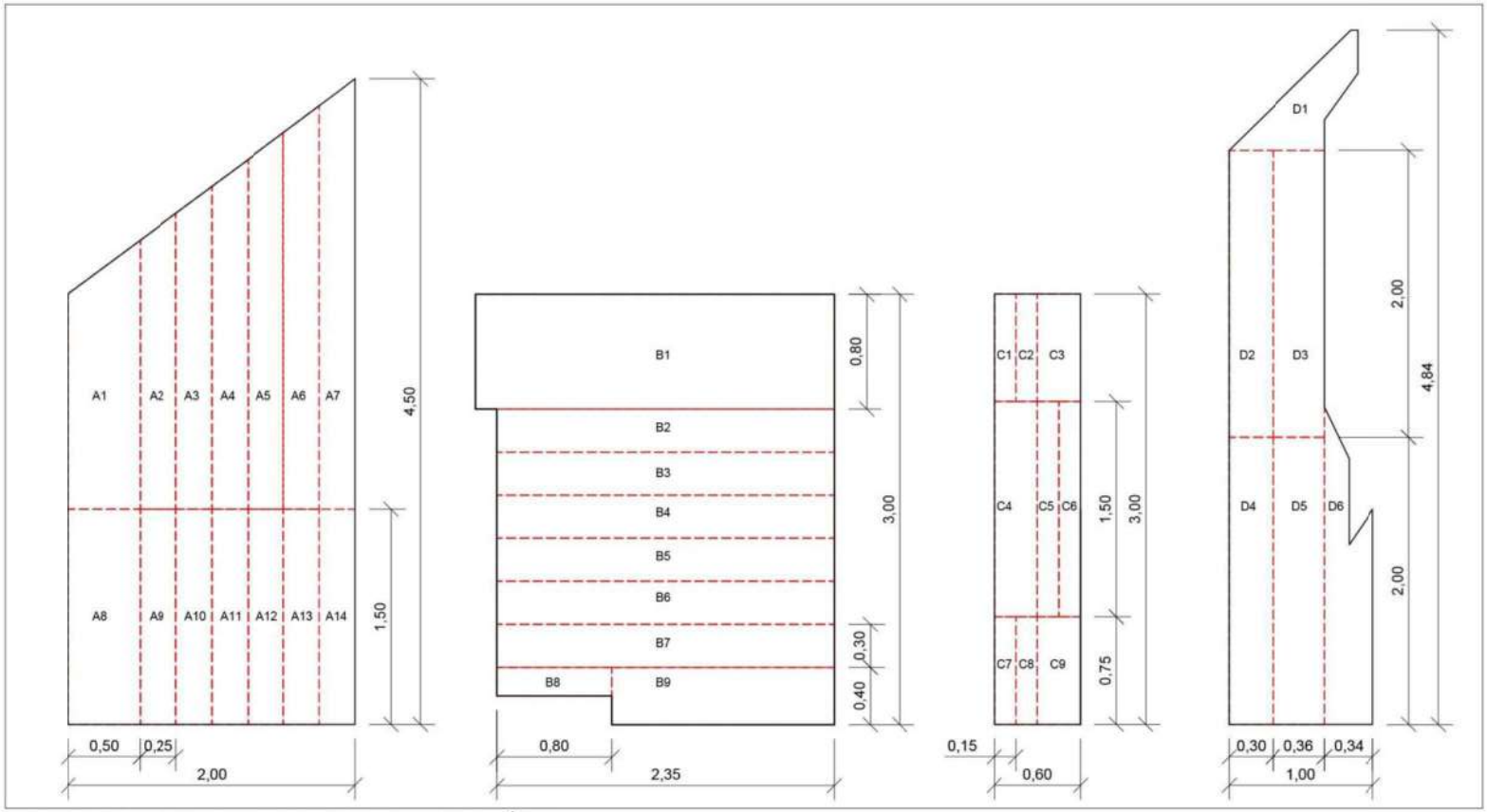
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

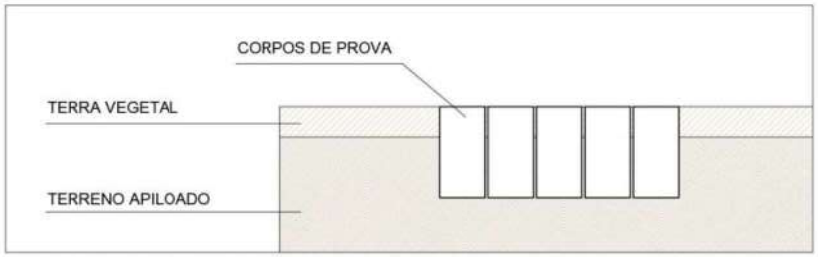
Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 09/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: PLANTIO
Desenho: Arthur Cabral
Escala: 1:150
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

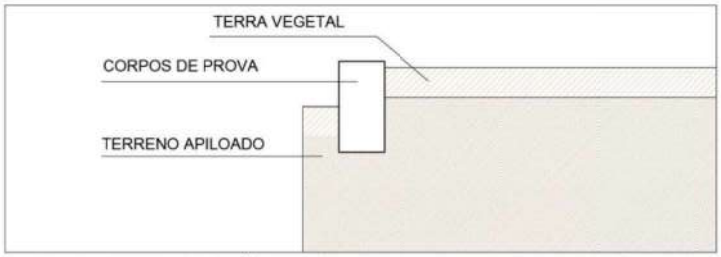
Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.



DETALHE 1: RECORTE DAS CHAPAS DE AÇO PATINÁVEL
ESC. 1:50



DETALHE 2: PAVIMENTAÇÃO COM CORPOS DE PROVA
ESC. 1:25



DETALHE 3: CONTENÇÃO DE CANTEIROS COM CORPOS DE PROVA
ESC. 1:25

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

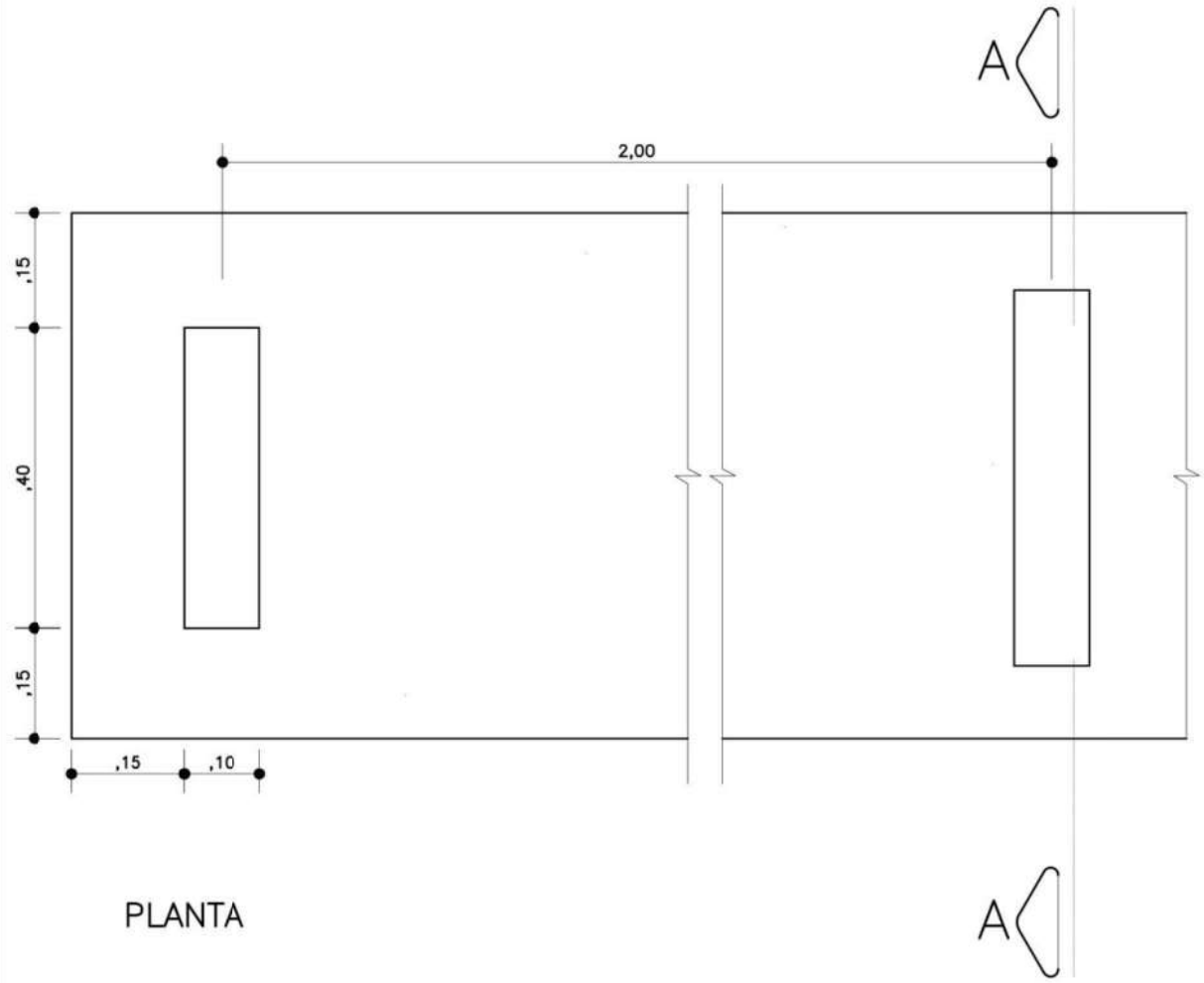
Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 10/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: DETALHES CONSTRUTIVOS
Desenho: Arthur Cabral
Escala: indicada
Data: 19/02/2025

FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

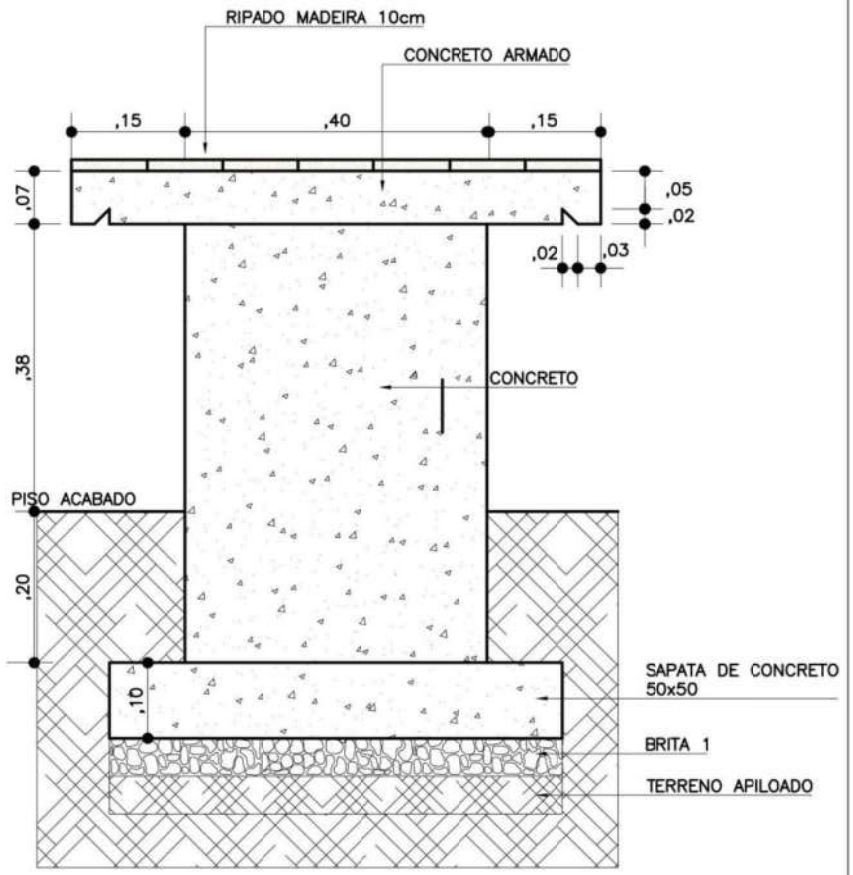
Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.



PLANTA



CORTE A

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

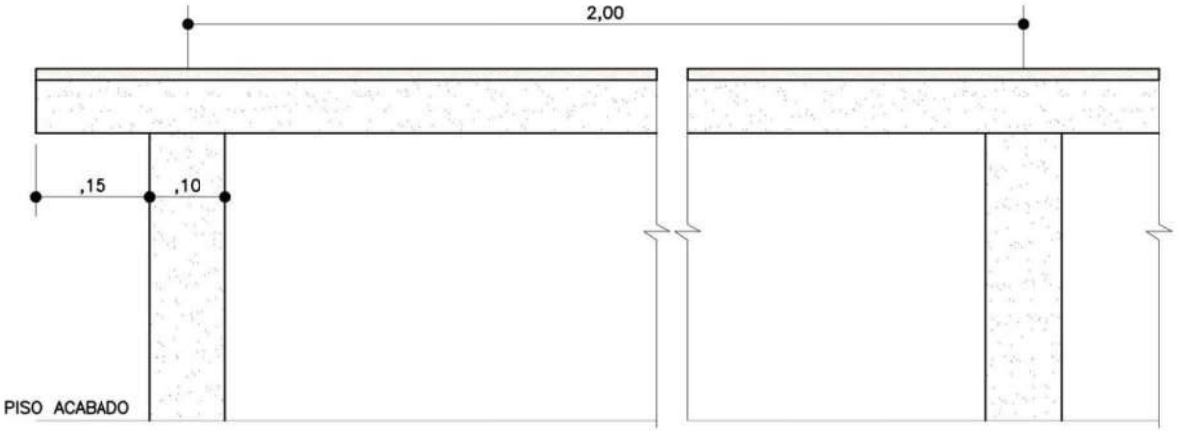
SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

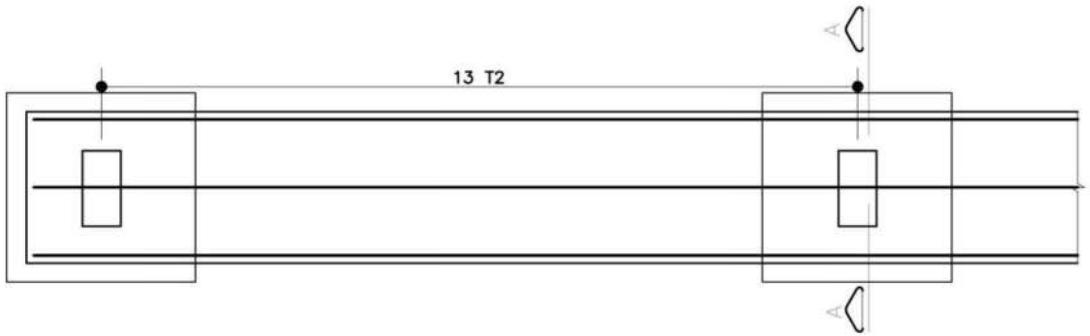
REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI	Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS		Folha: 11/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO			Revisão: 02
Nome da Prancha: BANCO DE CONCRETO RETO COM APOIO CADA 2,00m		Desenho: Arthur Cabral	Escala: indicada
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO			Data: 19/02/2025

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

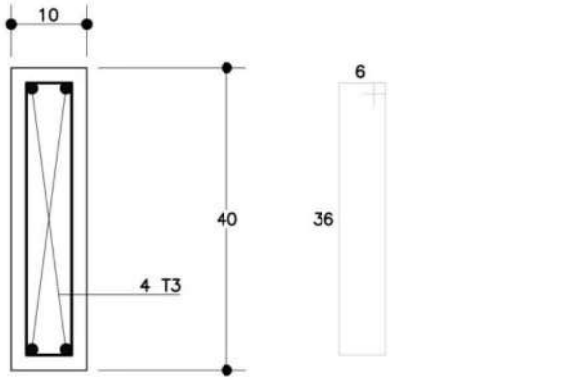


ELEVAÇÃO
ESCALA 1:10



T1 3 ø 6,3 c=CORRIDO

PLANTA – ARMADURA
ESCALA 1:20



T4 4 ø 4,6 c/15 c=50

PLANTA PILARETE – ARMADURA
ESCALA 1:10

FAUUSP

DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br

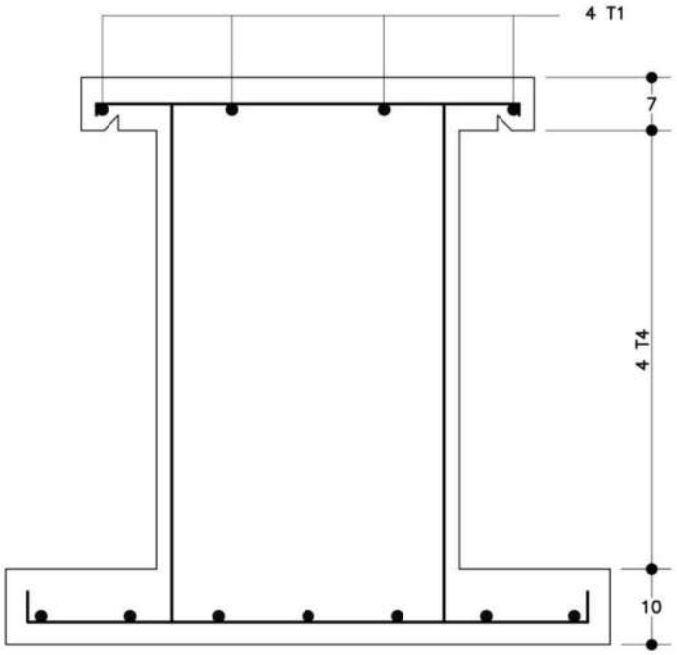
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

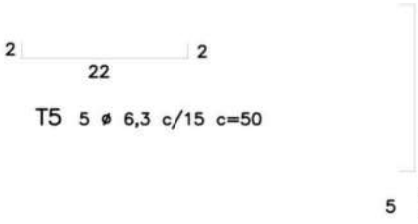
Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 12/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: BANCO DE CONCRETO RETO COM APOIO CADA 2,00m
Desenho: Arthur Cabral
Escala: indicada
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

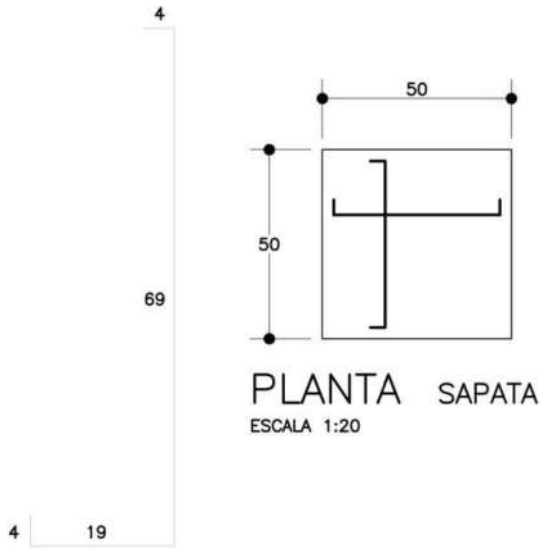
Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

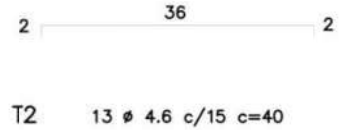


CORTE A – ARMADURA
ESCALA 1:10





PLANTA SAPATA
ESCALA 1:20



ø	COMPR.(M)	PESO(KG)
10	36,4	22,42
5	26,0	3,89

AÇO CA 50

RESUMO

TIPO	ø	QUANT.	COMPR.	TOTAL
8	10	4	100	400
7	5	8	65	520
6	10	4	258	1032
5	5	17	122	2074
4	10	4	105	420
3	10	8	102	816
2	10	3	136	408
1	10	4	140	560

TABELA DE FERROS

FAUUSP
DIRETOR
Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
VICE-DIRETOR
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

SEÇÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA
(11) 3091.8227 | (11) 3091.4837 | infrafau@usp.br
COORDENADORA: Arq. Paula Noia
ESTAGIÁRIOS: Gabrielly Baracho Silva Nunes
Henrique Figueiredo Correa

REV. Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	DESENHO

Unidade: ATELIER FRACCAROLI
Projeto: READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS
Folha: 13/13
Etapa: PROJETO BÁSICO | PAISAGISMO
Revisão: 02
Nome da Prancha: BANCO DE CONCRETO RETO COM APOIO CADA 2,00m
Desenho: Arthur Cabral
Escala: indicada
Data: 19/02/2025
FRA-REF-2-PB - PROJETO BÁSICO

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 52 deste documento.

FAUUSP
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
JARDIM DO ATELIÊ FRACCAROLI

Vista da entrada

Canteiro lateral

Rua do Lago, 876 Butantã
05508.080 São Paulo SP Brasil
www.fau.usp.br

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Fachada do prédio

Fachada do prédio e canteiro lateral

Rua do Lago, 876 Butantã
05508.080 São Paulo SP Brasil
www.fau.usp.br

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 92 deste documento.

Jardim de mato existente

Entrada do prédio

Rua do Lago, 876 Butantã
05508.080 São Paulo SP Brasil
www.fau.usp.br

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 92 deste documento.

Canteiro frontal

Jardim dos fundos

Rua do Lago, 876 Butantã
05508.080 São Paulo SP Brasil
www.fau.usp.br

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 92 deste documento.

ANEXO IB - Planilha Orçamentária

Obra: **Readequação dos espaços externos do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo**

Local: Rua Professor Almeida Prado, 1560 – São Paulo - SP

Área: 687 m²

Novembro de 2025

Referência: EDIF JUL/2025, Orçamentos* SINAPI 202412 NaoDesonerado

item	fonte	cód/pág	descrição	unid	custo uni	qtd	total (R$
1			**RETIRADAS E DEMOLIÇÕES**				**7.051,87**
1.1	**Tapume delimitando entrada da obra**						
	EDIF	01-005-001	TAPUME CHAPA COMPENSADA 6MM	M2	89,08	42,00	3.741,36
	EDIF	01-005-007	PORTÃO DE PEDESTRES - 1,15M, PARA TAPUME	M2	286,83	2,50	717,08
1.2	**Remoção asfalto**						
	EDIF	17-050-040	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CAPA E BASE - MANUAL	M2	38,84	37,00	1437,08
	EDIF	01-001-007	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM BOTA-FORA	M3	163,19	1,50	244,79
1.3	**Remoção do alambrado frontal**						
	EDIF	06-060-008	RETIRADA DE ESTRUTURA METÁLICA INCLUSIVE PERFIS DE FIXAÇÃO	KG	2,53	80,00	202,40
1.4	**Remoção de guias de canteiro ("corpos de prova")**						
	EDIF	17-060-045	RETIRADA DE GUIAS DE CONCRETO	M	7,51	67,50	506,9
1.5	**Corte de chapas de aço existentes na obra**						
	SINAPI	06110	SERRALHEIRO (SGSP)	H	25,28	8,00	202,24
2			**GRADIL E PORTÕES**				**8.928,67**
2.1	**Alambrado**						
	EDIF	17-080-015	TELA GALVANIZADA PARA ALAMBRADO - MALHA 2" FIO 10	M2	111,18	36,00	4.002,48
2.2	**Portão de veículos**						
	EDIF	17-001-043	PORTÃO EM FERRO PERFILADO COM TELA, 2 FOLHAS	M2	547,52	6,16	3.372,72
2.3							
	EDIF	17-001-041	PORTÃO EM FERRO PERFILADO COM TELA, 1 FOLHA	M2	554,81	2,80	1.553,47
3			**CISTERNA**				**8.524,79**
3.1	**Estrutura reservatório**						
	EDIF	10-010-084	ANEL DE CONCRETO D=2,00 H=0,50M	UN	1.141,44	1,00	1.141,44
	EDIF	02-005-005	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	M3	629,80	1,00	629,80
	EDIF	02-006-005	MPERMEABILIZAÇÃO DO RESPALDO DA FUNDAÇÃO - ARGAMASSA IMPERMEÁVEL	M2	129,64	4,90	635,24
	EDIF	02-004-004	ARMADURA EM AÇO CA-50	KG	10,22	40,00	408,80
	EDIF	04-001-012	ALVENARIA EM TIJOLOS MACIÇOS COMUNS - APARENTE, 1 TIJOLO	M2	280,49	7,80	2.187,82
	SINAPI	62040	CARGA MAX. 40 T, REDONDO, TAMPA 600 MM (COM INSCRICAO EM	UN	489,89	1,00	489,89
3.2	**Sistema de coleta e recalque**						
	EDIF	10-003-003	CONJUNTO MOTOR-BOMBA - ATÉ 1/2HP	UN	1.997,93	1,00	1.997,93
	EDIF	09-003-009	CABO 16;00 MM2 - ISOLAMENTO P/ 0;7 KV - FLEXÍVEL	M	21,51	8,00	172,08
	EDIF	09-002-055	ELETRODUTO DE PVC CORRUGADO REFORÇADO, ANTICHAMA - 25MM (3/4")	M	10,24	8,00	81,92
	EDIF	10-002-061	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 25MM (3/4")	M	15,87	5,00	79,35
	EDIF	10-014-003	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA USO GERAL, METAL CROMADO - 1/2"	UN	55,44	1,00	55,44
	EDIF	10-004-069	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 110MM (4")	M	184,31	3,50	645,09
4			**PISOS**				**19.102,94**
4.1	**Entrada de veículos**						
	EDIF	01-004-010	APILOAMENTO DO FUNDO DE VALAS, PARA SIMPLES REGULARIZAÇÃO	M2	6,47	54,48	352,49
	SINAPI	40517	BLOQUETE/PISO DE CONCRETO - MODELO PISOGRAMA/CONCREGRAMA 2 FUROS	M2	69,81	84,95	5.930,36
4.2	**Passeio acessível em solocimento**						
	EDIF	05-001-001	IMPERMEÁVEL) - TRAÇO	M2	67,94	54,48	3.701,37
	EDIF	38556	TERRA VEGETAL MARROM	M3	163,60	0,50	81,80
	EDIF	17-070-102	RECOLOCAÇÃO DE MINI GUIAS DE CONCRETO	M	42,06	85,00	3.575,10
4.3	**Pedriscos e seixos para forração de pisos**						
	EDIF	17-002-034	PEDRISCO RECICLADO COM COMPACTAÇÃO MANUAL - ESPESSURA 5CM	M2	7,18	69,30	497,57
	Orçamento*	-	SEIXO MARROM N. 2	KG	2,53	600,00	1518,00
	Orçamento*	-	SEIXO N. 3	KG	4,71	375,00	1766,25
	Orçamento*	-	SEIXO AMARELO N. 3	KG	5,60	300,00	1680,00
5			**MOBILIÁRIO EXTERNO**				**1.292,64**
5.1	**Bancos**						
	EDIF	02-005-005	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	M3	629,80	0,52	327,50
	EDIF	94001	BETONEIRA 400 LITROS	H	3,49	16,00	55,84
	EDIF	02-004-004	ARMADURA EM AÇO CA-50	KG	10,22	40,00	408,80
	EDIF	06-080-010	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - RIPAS 1,5X5CM	M	9,38	42,00	393,96
	EDIF	15-002-060	PEÇAS DE	M2	30,44	3,50	106,54
6			**PINTURA MUROS**				**12.608,91**
	EDIF	15-001-016	TINTA ACRÍLICA - REBOCO COM MASSA CORRIDA	M2	48,31	261,00	12.608,91
7			**MANEJO ARBÓREO**				**1.951,35**
7.1	**Supressão arbórea (leucenas)**						
	EDIF	01-001-020	CORTE, RECORTE E REMOÇÃO DE ÁRVORES INCLUSIVE RAIZES DIÂM. > 5 E < 15CM	UN	234,21	3,00	702,63
7.2	**Plantio compensatório (árvores nativas)**						
	EDIF	38603	CAMBUCI - CAMPOMANESIA PHAEA - DAP 3	UN	312,18	4,00	1248,72
8			**PREPARO DO SOLO PARA PLANTIO**				**3.996,35**
8.1	**Insumos**						
	SINAPI	7253	TERRA VEGETAL (GRANEL)	M3	214,28	6,00	1285,68
	SINAPI	44479	CALCARIO DOLOMITICO A (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	KG	0,12	64,00	7,68

	EDIF	38555	ADUBO ORGÂNICO - ESTERCO	M3	268,32	1,00	268,32
	EDIF	10501	AREIA LAVADA	M3	171,90	1,00	171,90
8.2	**Complementos**						
	Orçamento*	-	GEL PARA PLANTIO DE SEMENTES - HIDROSILO	KG	41,59	10,00	415,90
	Orçamento*	-	ENXADA 30CM - CABO 1,50M	UN	66,00	25,00	1650,00
	Orçamento*	-	MANGUEIRA PARA JARDIM EM PVC - 25 METROS	UN	59,98	1,00	59,98
	Orçamento*	-	CARRIOLA METÁLICA GALVANIZADA 55 LITROS	UN	136,89	1,00	136,89
9			**PLANTIO**				**3.021,34**
9.1	**Gramado (acesso veículos em concregrama)**						
	SINAPI	3322	GRAMA ESMERALDA OU SAO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS, SEM PLANTIO	M2	16,90	85,00	1436,50
9.2	**Plantio por semeadura direta**						
	Orçamento*	-	SEMENTES DE MUCUNA (*Canavalia ensiformis*) - "PLANTE PÁSSAROS"	POR SEMENTE	0,68	1000,00	680,00
	Orçamento*	-	SEMENTES DE GUANDU (*Cajanus cajan*) - "PLANTE PÁSSAROS"	KIT COM 100 SEMENTES	33,65	10,00	336,50
	Orçamento*	-	SEMENTES DE CROTALÁRIA (*Crotalaria juncea*)	KG	23,94	9,00	215,46
	Orçamento*	-	SEMENTES DE TREMOÇO BRANCO (*Lupinus albus*)	KG	23,03	8,00	184,24
	Orçamento*	-	SEMENTES DE NABO FORRAGEIRO (*Raphanus sativus*)	KG	21,08	8,00	168,64
10			**RESPONSÁVEL TÉCNICO**				**7.208,40**
	EDIF	20-003-059	ENGENHEIRO DA OBRA	I	180,21	40,00	7.208,40
			TOTAL PARCIAL (R$)				**73.687,26**
			BDI - EDIFICAÇÕES (20.11%)**			0,2011	14.818,51
			TOTAL (R$)				**88.505,76**

* Os orçamentos realizados no período encontram-se em Anexo.

** Conforme BDI - SEM DESON EDIF.: Escr. Central 4.46%,Lucro Bruto 8%, INSS 4.5%, Cofins 3% PIS 0.65%, ISS 2%. Fonte: Tabela EDIF JULHO 2025.

ANEXO IC

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERNOS DO ATELIER FRACAROLLI
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR ALMEIDA PRADO, 1560 – Cidade Universitária SP
LATITUDE E LONGITUDE: -23.559645, -46.742464

Item	Discriminação	Valor (R$)	Valor (%)	1° mês	2° mês	3° mês
1	**Retiradas e Demolições**					
1.1	Tapume delimitando entrada da obra	R$ 4.458,44	5,04%	R$ 4.458,44 100%		
1.2	Remoção asfalto	R$ 1.681,87	1,90%	R$ 1.681,87 100%		
1.3	Remoção do alambrado frontal	R$ 202,40	0,23%	R$ 202,40 100%		
1.4	Remoção de guias de canteiro ("corpos de prova")	R$ 506,90	0,57%	R$ 506,90 100%		
1.5	Corte de chapas de aço existentes na obra	R$ 202,24	0,23%	R$ 202,24 100%		
2	**Gradil e Portões**					
2.1	Alambrado	R$ 4.002,48	4,52%		R$ 2.001,24 50%	R$ 2.001,24 50%
2.2	Portão de veículos	R$ 3.372,72	3,81%		R$ 1.686,36 50%	R$ 1.686,36 50%
2.3	Portão de pedestres	R$ 1.553,47	1,76%		R$ 776,74 50%	R$ 776,74 50%
3	**Cisterna**					
3.1	Estrutura reservatório	R$ 5.492,99	6,21%		R$ 2.746,50 50%	R$ 2.746,50 50%
3.2	Sistema de coleta e recalque	R$ 3.031,81	3,43%		R$ 1.515,91 50%	R$ 1.515,91 50%
4	**Pisos**					
4.1	Entrada de veículos	R$ 6.282,85	7,10%		R$ 3.141,43 50%	R$ 3.141,43 50%
4.1	Passeio acessível em solocimento	R$ 7.358,27	8,31%		R$ 3.679,14 50%	R$ 3.679,14 50%
4.1	Pedriscos e seixos para forração de pisos	R$ 5.461,82	6,17%		R$ 2.730,91 50%	R$ 2.730,91 50%
5	**Mobiliario Externo**					
4.1	Bancos	R$ 1.292,64	1,46%			R$ 1.292,64 100%
6	**Pintura Muros**					
4.1	Pintura	R$ 12.608,91	14,25%			R$ 12.608,91 100%
7	**Manejo Arbóreo**					
4.1	Supressão arbórea	R$ 702,63	0,79%		R$ 702,63 100%	
4.1	Plantio compensatório (árvores nativas)	R$ 1.248,72	1,41%		R$ 1.248,72 100%	

8	**Preparo do Solo para Plantio**					
4.1	Insumos	R$ 1.733,58	1,96%		R$ 1.733,58	
					100%	
4.1	Complementos	R$ 2.262,77	2,56%		R$ 2.262,77	
					100%	
9	**Plantio**					
4.1	Gramado (acesso veículos em concregrama)	R$ 1.436,50	1,62%			R$ 1.436,50
						100%
4.1	Plantio por semeadura direta	R$ 1.584,84	1,79%			R$ 1.584,84
						100%
10	**Responsável técnico**					
4.1	Engenheiro de obra	R$ 7.208,40	8,14%	R$ 2.378,77	R$ 2.378,77	R$ 2.450,86
				33%	33%	34%
	BDI					
	BDI - Edificações (20,11%)	R$ 14.818,51		R$ 4.890,11	R$ 4.890,11	R$ 5.038,29
				33%	33%	34%
	TOTAL (R$)	**88.505,76**	100,00%	**R$ 14.320,73**	**R$ 31.494,79**	**R$ 42.690,24**
	TOTAL (%)	**100,00**	100,00%	**16,18%**	**35,59%**	**48,23%**

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código KEWG-L1HG-RZ6Q-FW1Y no seguinte link: https://portalservicos.usp.br/iddigital/KEWG-L1HG-RZ6Q-FW1Y

Guilherme Petronilho de Souza

Nº USP: 17009199

Data: 07/05/2026 14:33

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL - *PAPEL TIMBRADO *RAZÃO SOCIAL *CNPJ *ENDEREÇO *Contato

Obra: Readequação dos espaços externos do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo
Local: Rua Professor Almeida Prado, 1560 – São Paulo - SP
Área: 687 m²
PROCESSO SEI: 154.00005788/2025-71
Pregão: NN/2025

Item	Fonte	cód/pág	descrição	Unid.	Custo Unit	qtd.	total (R$)
1			**RETIRADAS E DEMOLIÇÕES**				
1.1	**Tapume delimitando entrada da obra**						
	EDIF	01-005-001	TAPUME CHAPA COMPENSADA 6MM	M2		42,00	
	EDIF	01-005-007	PORTÃO DE PEDESTRES - 1,15M, PARA TAPUME	M2		2,50	
1.2	**Remoção asfalto**						
	INFRA	05-005-000	DEMOLIÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA, INCLUI CARGA NO CAMINHÃO	M2		37,00	
	EDIF	01-001-007	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM BOTA-FORA	M3		1,50	
1.3	**Remoção do alambrado frontal**						
	EDIF	06-060-008	RETIRADA DE ESTRUTURA METÁLICA INCLUSIVE PERFIS DE FIXAÇÃO	KG		80,00	
1.4	**Remoção de guias de canteiro ("corpos de prova")**						
	EDIF	17-060-045	RETIRADA DE GUIAS DE CONCRETO	M		67,50	
1.5	**Corte de chapas de aço existentes na obra**						
	EDIF	02045	SERRALHEIRO (SGSP)	H		8,00	
2			**GRADIL E PORTÕES**				
2.1	**Alambrado**						
	EDIF	17-080-015	TELA GALVANIZADA PARA ALAMBRADO - MALHA 2" FIO 10	M2		36,00	
2.2	**Portão de veículos**						
	EDIF	17-001-043	PORTÃO EM FERRO PERFILADO COM TELA, 2 FOLHAS	M2		6,16	
2.3	**Portão de pedestres**						
	EDIF	17-001-041	PORTÃO EM FERRO PERFILADO COM TELA, 1 FOLHA	M2		2,80	
3			**CISTERNA**				
3.1	**Estrutura reservatório**						
	EDIF	10-010-084	ANEL DE CONCRETO D=2,00 H=0,50M	UN		1,00	
	EDIF	02-005-005	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	M3		1,00	
	INFRA	08-041-000	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CONCRETO EM CONTATO COM A TERRA	M2		4,90	
	EDIF	02-004-004	ARMADURA EM AÇO CA-50	KG		40,00	
	EDIF	04-001-012	ALVENARIA EM TIJOLOS MACIÇOS COMUNS - APARENTE, 1 TIJOLO	M2		7,80	
	INFRA	06-020-021	FORNECIMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL CLASSE MÍNIMA 400 (40T) D=600MM - NBR 10160 NÃO ARTICULADO - P/ GAL. ÁGUAS PLUV.	UN		1,00	
	Sistema de coleta e recalque						
	EDIF	10-003-003	CONJUNTO MOTOR-BOMBA - ATÉ 1/2HP	UN		1,00	

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

3.2	EDIF	52806	CABO 16;00 MM2 - ISOLAMENTO P/ 0;7 KV - FLEXÍVEL	M		8,00	
	EDIF	09-002-055	ELETRODUTO DE PVC CORRUGADO REFORÇADO, ANTICHAMA - 25MM (3/4")	M		8,00	
	EDIF	10-002-061	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 25MM (3/4")	M		5,00	
	EDIF	10-014-003	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA USO GERAL, METAL CROMADO - 1/2"	UN		1,00	
	EDIF	10-004-069	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 110MM (4")	M		3,50	
4			**PISOS**				
4.1	**Entrada de veículos**						
	EDIF	01-004-010	APILOAMENTO DO FUNDO DE VALAS, PARA SIMPLES REGULARIZAÇÃO	M2		54,48	
	EDIF	38590	CONCREGRAMA - E = 9,5 CM 60 X 45CM	M2		84,95	
4.2	**Passeio acessível em solocimento**						
	EDIF	05-001-001	ARGAMASSA IMPERMEABILIZANTE DE CIMENTO E AREIA (REBOCO IMPERMEÁVEL) - TRAÇO 1:3, ESPESSURA DE 20MM	M2		54,48	
	EDIF	38556	TERRA VEGETAL MARROM	M3		0,50	
	INFRA	05-016-000	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE GUIAS PARA JARDIM 7 X 11 X 100CM (IE-3)	M		85,00	
4.3	**Pedriscos e seixos para forração de pisos**						
	EDIF	17-002-034	PEDRISCO RECICLADO COM COMPACTAÇÃO MANUAL - ESPESSURA 5CM	M2		69,30	
	Orçamento*	-	SEIXO MARROM N. 2	SACO 20 KG		30,00	
	Orçamento*	-	SEIXO N. 3	SACO 25 KG		15,00	
	Orçamento*	-	SEIXO AMARELO N. 3	SACO 30 KG		10,00	
5			**MOBILIÁRIO EXTERNO**				
5.1	**Bancos**						
	EDIF	02-005-005	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	M3		0,52	
	EDIF	94001	BETONEIRA 400 LITROS	H		16,00	
	EDIF	02-004-004	ARMADURA EM AÇO CA-50	KG		40,00	
	EDIF	06-080-010	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - RIPAS 1,5X5CM	M		42,00	
	EDIF	15-002-060	VERNIZ A BASE DE POLIURETANO TIPO "MARÍTIMO" - ESQUADRIAS E PEÇAS DE MARCENARIA	M2		3,50	
6			**PINTURA MUROS**				
	EDIF	15-001-016	TINTA ACRÍLICA - REBOCO COM MASSA CORRIDA	M2		261,00	
7			**MANEJO ARBÓREO**				
7.1	**Supressão arbórea (leucenas)**						
	EDIF	01-001-020	CORTE, RECORTE E REMOÇÃO DE ÁRVORES INCLUSIVE RAIZES DIÂM. > 5 E < 15CM	UN		3,00	
7.2	**Plantio compensatório (árvores nativas)**						
	EDIF	38603	CAMBUCI - CAMPOMANESIA PHAEA - DAP 3	UN		4,00	
8			**PREPARO DO SOLO PARA PLANTIO**				
8.1	**Insumos**						
	EDIF	38556	TERRA VEGETAL MARROM	M3		6,00	
	EDIF	38503	CALCÁRIO DOLOMÍTICO - UTILIZADO EM PLANTIO	KG		64,00	
	EDIF	38555	ADUBO ORGÂNICO - ESTERCO	M3		1,00	
	EDIF	10501	AREIA LAVADA	M3		1,00	

	Complementos						
8.2	Orçamento*	-	GEL PARA PLANTIO DE SEMENTES - HIDROSILO	KG		10,00	
	Orçamento*	-	ENXADA 30CM - CABO 1,50M	UN		25,00	
	Orçamento*	-	MANGUEIRA PARA JARDIM EM PVC - 25 METROS	UN		1,00	
	Orçamento*	-	CARRIOLA METÁLICA GALVANIZADA 55 LITROS	UN		1,00	
9			**PLANTIO**				
9.1	**Gramado (acesso veículos em concregrama)**						
	EDIF	38016	GRAMA ESMERALDA	M2		85,00	
	Plantio por semeadura direta						
9.2	Orçamento*	-	SEMENTES DE MUCUNA (*Canavalia ensiformis*) - "PLANTE PÁSSAROS"	KIT COM 200 SEMENTES		5,00	
	Orçamento*	-	SEMENTES DE GUANDU (*Cajanus cajan*) - "PLANTE PÁSSAROS"	KIT COM 200 SEMENTES		5,00	
	Orçamento*	-	SEMENTES DE CROTALÁRIA (*Crotalaria juncea*)	SACO 3 KG		3,00	
	Orçamento*	-	SEMENTES DE TREMOÇO BRANCO (*Lupinus albus*)	SACO 1kg		8,00	
	Orçamento*	-	SEMENTES DE NABO FORRAGEIRO (*Raphanus sativus*)	SACO 1 KG		8,00	
10			**RESPONSÁVEL TÉCNICO**				
	EDIF	20-003-059	ENGENHEIRO DA OBRA	H		40,00	
			TOTAL PARCIAL (R$)				
			BDI - EDIFICAÇÕES (20,11%)**			0,2011	
			TOTAL (R$)				
** Conforme BDI - SEM DESON EDIF.: Escr. Central 4.93%,Lucro Bruto 8%,, Cofins 3%, PIS 0.65%, ISS 2%. Fonte: Tabela EDIF Janeiro 2025.							

Declaro total concordância com os termos do Edital, com as condições presentes na licitação e com a Portaria GR nº 8249 em consonância aos Decretos Estaduais nº 62.867 de 2017 e nº 66.000 de 2021.

Dados bancários Banco do Brasil: ag:_____ c.c:_____

Assinatura do responsável_____

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Prestação de Serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra
Licitação (Pregão)

Processo SEI nº 154.NNNNNNN/AAAA-NN

Contrato nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE [DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO].

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 154.00002502/2024-15, localizada**(o)** na Rua do Lago, 876 Butantã São Paulo 05508-080 neste ato representada por seu(ua) **[cargo da autoridade competente e nome]**, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº],** sediada à **[endereço completo],** representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Serviço de Readequação do Espaço Externo do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fraccaroli,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Readequação do Espaço Externo do Atelier de Escultura e Pesquisa da Forma Caetano Fracarolli	1627	Serviço	1	R$ 88.505,76	R$ 88.505,76

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Edital da Licitação - **PREGÃO** nº **04/2026 – FAU**

1.3.2. Termo de Referência.

1.3.3. Proposta Comercial datada de [**NN/NN/NNNN**].

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados da **data de assinatura do contrato,** na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **40% (quarenta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.1.1.1. **Serviço de Pisos – Item 4 da Planilha Orçamentária**

4.1.1.2. **Responsabilidade Técnica – Item 10 da Planilha Orçamentária**

4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1. **Manejo e Plantio – Itens 7, 8 e 9 da Planilha Orçamentária**

4.1.2.2. **Serralheria – Item 2 da Planilha Orçamentária**

4.1.2.3. **Fornecimento e Instalação de Equipamentos – item 3.2 da Planilha Orçamentária**

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pelo **CONTRATADO**, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada.

4.1.4.2. Autorização prévia do **CONTRATANTE**, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação.

4.1.4.3. Apresentação pelo **CONTRATADO** dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo **CONTRATANTE**, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo **CONTRATADO**. O **CONTRATADO** poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo **CONTRATANTE**.

4.1.4.5. Apresentação pelo **CONTRATADO** de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o **CONTRATADO** e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao **CONTRATADO**.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R$ 88.505,76 (oitenta e oito mil, quinhentos e cinco reais e setenta e seis centavos).**

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da Portaria GR nº 8249/2023.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

R = Po . [(IPC / IPCo) - 1]

Onde:

R = parcela de reajuste.

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE** - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO,** designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo **de 15 (quinze)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **30 (trinta)** dias**,** a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.

9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.

9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.

9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www.leginf.usp.br, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato.

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) dar causa à inexecução total do contrato.

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

ii. **Multas,** aplicadas e calculadas nos termos da Resolução USP nº 8548/2023.

iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na Resolução USP nº 8548/2023:

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1)A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.

II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Resolução USP nº 8548/2023.

c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea "b" – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto.

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).

12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.

12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (http://www.esancoes.sp.gov.br).

12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

São Paulo, na data da assinatura eletrônica,

_____

Representante legal do **CONTRATANTE**

_____

Representante legal do **CONTRATADO**

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

ANEXO IV – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s).
e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e **DATA**:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF:

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Documento assinado digitalmente - Por favor, verifique o HASH de autenticidade na página 99 deste documento.

USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código FBSE-2R5R-1WWA-KGJP no seguinte link: https://portalservicos.usp.br/iddigital/FBSE-2R5R-1WWA-KGJP

João Sette Whitaker Ferreira

Nº USP: 1124935

Data: 08/05/2026 12:26